

1. Identificação da entidade

em RUA ERMELINDA CARMO BARÃO Nº 3 84- 2390-319 ESPINHEIRO. Tem como atividade ACCÃO SOCIAL A PESSOAS IDOSAS SEM ALOJAMENTO para que possa prosseguir os seguintes objetivos: PROMOÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE ALCANENA ATRAVÉS DAS OBRAS QUE FOMDEREM VIR A SER CONSIDERADAS CONVENIENTES NOS CAMPOS SOCIAL, CULTURAL E A ASSOCIAÇÃO TEM O NIPC 502973039 e CAE principal 88101- ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL A PESSOAS IDOSAS SEM ALOJAMENTO

As presentes demonstrações financeiras correspondem as demonstrações financeiras individuais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relatório Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a <Associação/IPS/...> preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, sendo alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

Nas demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos registos contabilísticos da entidade, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da entidade.

Regras de periodização económica (ou do exercício)

- Um item são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisficam as seguintes definições e critérios de reconhecimento:
- Um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que flua para a entidade benefícios económicos futuros.
- Os passivos é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos futuros.
- Os fundos patrimoniais são os interesses residuais nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos.
- Os rendimentos são aumentos dos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos nos fundos patrimoniais, que não sejam os relacionados com as contribuições de instituidores.
- Os gastos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou depreciações de ativos ou na ocorrência de passivos que resultem em diminuições de fundos patrimoniais.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receber/recebimento ou despesa/pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica do ativo "Outras contas a receber", em "Devedores por acréscimos de rendimento". Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao exercício e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica do passivo "Outras contas a pagar", em "Credores por acréscimos de gastos".

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de "Diferimentos", em "Rendimentos a reconhecer" ou "Gastos a reconhecer", respetivamente.

Consistência e apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens das demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (ii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Materialidade e agregação

A aplicação do conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos foram relacionados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se consideram compensações (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

Comparabilidade

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de ??? a Administração decidiu alterar a política contabilística relativa à mensuração

3. Principais políticas contábilísticas
As principais políticas contábilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.1.1. Ativos fixos tangíveis
Os ativos fixos tangíveis encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 5). As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes, utilizando-se as taxas que melhor refletirem a sua vida útil estimada, como segue

Descrição	Vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Fermentais e utensílios	
Equipamento administrativo	

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revisados e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos gastos de transação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos ou outros gastos (operacionais).

3.1.2. Bens do património histórico e cultural
Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à <Associação/PSS/> a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuram na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento de produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contábilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta/ do saldo decrescente/ das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.1.3. Propriedades de investimento
Propriedade de investimento é a propriedade (terreno ou um edifício – ou parte de um edifício – ou ambos) delida (pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira) para obter rendas ou para valorização. A entidade detém um edifício classificado como propriedade de investimento, que se situa em ????.

3.1.4 Ativos intangíveis
Os Ativos Intangíveis encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/ do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de desenvolvimento	
Programas de computador	
Propriedade industrial	33,33
Outros ativos intangíveis	

3.1.5. Investimentos financeiros
A entidade regista as suas participações financeiras pelo método do custo de aquisição. Periodicamente regista testes de imparidade.

G Am
A D
B D

3

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Quando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo a realização de uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se a Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade. De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 - Imparidade de ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.1.6 Inventários
Os inventários são constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo que se encontram valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio (Nota 10).

3.1.7 Instrumentos Financeiros
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados, Membros
As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pelo valor nominal. Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. A data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários
A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. **Fornecedores e outras contas a pagar**
As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.8 Fundos patrimoniais
A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.9. Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, em que seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 17).

3.1.10. Financiamentos obtidos e custo dos empréstimos obtidos
Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, consistindo na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização da capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o ativo não é utilizado para o seu uso ou venda.

3.1.11. Estado e outros entes públicos
Os saldos a pagar e/ou a receber destas entidades, relativos a impostos, contribuições e taxas são mensurados pela quantia que se espera que seja recuperada/paga pelas autoridades fiscais e outras, utilizando-se as leis em vigor à data do balanço (Nota 11).

3.1.12. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo, que incluem benefícios monetários (tais como salários, ordenados, subsídios e contribuições para a segurança social) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos ou serviços gratuitos ou subsidiados), relativos aos empregados correntes são contabilizados pela quantia não descontada que se espera seja paga (custo da obrigação) (Nota 23). Os benefícios de cessação de emprego, uma vez que não proporcionam à entidade futuros contributos para o desenvolvimento das suas atividades presentes e futuras, são reconhecidos imediatamente como um gasto.

Outros benefícios, nomeadamente pós emprego e a longo prazo dos empregados são registados de acordo com os critérios consagrados pela NCRF 28.

3.1.13. Réditto
Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos (Nota 20).

3.1.14. Subsídios e doações
Os subsídios do Estado e outros entes públicos e de outras Entidades só são reconhecidos após existir segurança de que a entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com ativos são subsidiados cuja condição primordial da atribuição é o compromisso por parte da entidade em adquirir ativos fixos tangíveis. Estes subsídios são reconhecidos inicialmente no Fundos patrimoniais e posteriormente reconhecidos como rendimento na proporção das depreciações dos ativos subsidiados. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a entidade por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar. Os subsídios relacionados com gastos futuros são reconhecidos no passivo na rubrica "Diferimentos".

Os subsídios e doações monetárias são registados pela sua quantia nominal. Os subsídios e doações não monetários são registados pelo justo valor do ativo não monetário ou pela quantia nominal quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

3.2 Eventos subsequentes
Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ou
As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Outros ativos fixos tangíveis
No decurso do exercício, o movimento ocorrido nos Ativos Fixos Tangíveis bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Custo	Saldo em		Aquisições /		Saldo em	
	01-01-2017	31-12-2017	Dotações	01-01-2018	Dotações	31-12-2018
Terenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	138.721,27 €	142.371,27 €	3.650,00 €	137.460,52 €	1.260,75 €	138.721,27 €
Equipamento básico	33.558,00 €	36.361,00 €	2.803,00 €	33.558,00 €	-	33.558,00 €
Equipamento de transporte	62.846,99 €	62.846,99 €	-	62.846,99 €	-	62.846,99 €
Equipamento administrativo	3.068,12 €	3.068,12 €	-	3.068,12 €	-	3.068,12 €
Juros ativos fixos tangíveis	2.716,85 €	2.716,85 €	-	2.716,85 €	-	2.716,85 €
Total	200.911,23 €	207.364,23 €	6.453,00 €	239.650,48 €	1.260,75 €	240.911,23 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	70.667,61 €	74.008,74 €	3.341,13 €	66.807,05 €	3.860,55 €	70.667,61 €
Equipamento básico	32.864,38 €	33.745,69 €	861,31 €	32.365,78 €	518,10 €	32.864,38 €

GA
GA

GA

G. N. M.
A. D. S.
S

Equipamento de transporte	62.846,99 €	62.846,99 €	0,01 €	62.846,99 €
Equipamento administrativo	3.068,12 €	3.068,12 €		3.068,12 €
Outros ativos fixos tangíveis	2.716,85 €	2.716,85 €		2.716,85 €
Total	172.189,95 €	172.189,95 €	4.877,42 €	172.189,95 €

6. Propriedades de investimento
No exercício, a rubrica "Propriedades de investimento", após a alteração da respetiva política contabilística de mensuração subsequente, tem a seguinte composição:

	Saldo em 01-01-2017	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-12-2017
Propriedade 1						
Total						

	Saldo em 01-01-2016	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-12-2016
Propriedade 1						
Total						

7. Ativos intangíveis
7.1 Bens do domínio público
A Entidade usufrui dos seguintes Ativos Intangíveis do domínio público:

Descrição	Saldo em 01-01-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2017
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de Computador	1.467,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.467,70 €
Propriedade Industrial	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1.467,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.467,70 €

7.2 Outros ativos intangíveis
No decurso do exercício, o movimento ocorrido nos "Ativos fixos tangíveis" bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

	Saldo em 01-01-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2017
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de Computador	1.467,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.467,70 €
Propriedade Industrial	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1.467,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.467,70 €

	Saldo em 01-01-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2016
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de Computador	1.467,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.467,70 €
Propriedade Industrial	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1.467,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.467,70 €

G...
 D...
 A...

	Depreciações e perdas de imp. do período	2017	2016
Depreciações acumuladas			
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	1.467,70 €	0,00 €	1.467,70 €
Programas de Computador	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propriedade Industrial	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1.467,70 €	0,00 €	1.467,70 €

8. Investimentos financeiros

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias		
Investimentos em associadas		
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		
Outros investimentos financeiros	366,03	165,18
Outros investimentos em curso		
Total	366,03	165,18

9. Instrumentos financeiros

9.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Descrição	Não Corrente		Corrente	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Fundadores/associados/membros				
Doadores				
Patrocinadores				
Quotas				
Financiamentos concedidos - Fundador / doador				
Perdas por imparidade				
Passivo				
Fundadores/associados/membros				
Financiamentos obtidos - Fundador/doador				
Total				
Total				

9.2 Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outras contas a receber" detalha-se conforme segue:

Clientes	2017	2016
Clientes C/C		981,51
Outros		
Clientes - Títulos a receber	1.520,00	2.790,00
Clientes de cobrança duvidosa		
Clientes de cobrança duvidosa / com perdas por imparidade	1.520,00	3.771,51
Imparidade de Clientes		
Saldo inicial		
Reforço		
Reversão		
Saldo final		
Total Clientes	1.520,00	3.771,51
Adiantamentos a Fornecedores		
Adiantamentos a fornecedores		

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.

Handwritten signature in black ink on the right side of the page.

Handwritten initials 'F' in black ink at the bottom right of the page.

Total Adiantamentos a Fornecedores

Outras Contas a Receber	
Devedores por créditos de rendimentos	
Outros devedores e credores	
Total Outras Contas a Receber	355,26
	1.875,26
	1.183,26
	4.954,79

10. Inventários

No decurso dos exercícios de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos "inventários" bem como o apuramento do respetivo custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, foi conforme segue:

Descrição	Inventário 1/01/2017	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário 31/12/2017	CEV	Reclassificações e Regularizações	Inventário 31/12/2016
Mercadorias							
Materiais-primas, subsidiárias e de consumo	2.416,21	33.673,95	3.958,14	3.178,95	36.869,35	0,00	2.416,21
Adiantamentos por conta de compras	0,00			0,00			0,00
Total	2.416,21	33.673,95	3.958,14	3.178,95	36.869,35	0,00	2.416,21
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas							
Total	2.416,21	33.673,95	3.958,14	3.178,95	36.869,35	0,00	2.416,21
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11. Estado e outros entes públicos

No final dos exercícios de 2017 e 2016, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos, sendo que os saldos com estas entidades detalham-se da seguinte forma:

Imparidade dos inventários	2017		2016				
	Saldo 1/01/2016	Constituição / Reforço	Reversão / Utilização	Saldo 31/12/2016	Constituição / Reforço	Reversão / Utilização	Saldo 31/12/2017
Mercadorias							
Materiais-primas, subsidiárias e de consumo							
Produtos acabados e intermediários							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Total	-	-	-	-	-	-	-

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" detalha-se conforme segue:

	2017		2016	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		419,59		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2.421,56		1.764,16	135,57
Outros impostos				
Contribuições para a Segurança Social				
Tributos das autarquias locais		2.370,22		1.844,25
Total	2.421,56	2.789,81	1.764,16	1.979,82

Os impostos foram pagos dentro dos prazos estabelecidos legalmente.

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" detalha-se conforme segue:

	2017		2016	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Gastos a reconhecer				
Rendimentos a reconhecer				
Total	-	-	-	-
Gastos a reconhecer				
Rendimentos a reconhecer				
Total	-	-	-	-

13. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Caixa e depósitos bancários" detalha-se conforme segue:

	2017	2016
Caixa		
Depósitos à ordem	492,96	815,32
Depósitos a prazo	41.010,27	46.200,69
Total Caixa e depósitos bancários	41.503,23	47.016,01
Outros ativos financeiros		
Total Caixa e seus Equivalentes	41.503,23	47.016,01

14. Fundos

15. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os Resultados transitados ascendiam a, respetivamente, €-27187,12 e €-26969,97.

16. Subsídios

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões em balanço ascendiam a €999999,99 e €999999,99, respetivamente. No decurso dos exercícios em questão, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Descrição	Saldo 01/01/2016	Aumentos	Utilizações	Saldo 31/12/2016	Aumentos	Utilizações	Saldo 31/12/2017
Impostos	0,00						
Garantias a clientes							
Processos judiciais em curso							
Acidentes de trabalho e doenças profissionais							
Matérias ambientais							
Contratos onerosos							
Reestruturação							
Outras provisões							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

18. Financiamentos Obtidos

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos bancários				
Locações financeiras				
Contas caucionadas				
Outros empréstimos				
Total				

19. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Os saldos verificados nos exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016, apresentam-se como segue:

	2017	2016
Fornecedores Gerais	2.174,53	2.615,45
Outros Credores		
Devedores e credores por acréscimos	11.715,80	15.107,96
Credores por subscrições não liberadas		
Fornecedores de investimentos		
Clientes e utentes c/c		
Outros devedores e credores	355,26	1.183,26
Total Outros Credores	12.071,06	16.291,22
Adiantamentos de clientes e utentes		
Adiantamentos de clientes e utentes	2017	2016

G. A. J.

[Handwritten signature]

GA
AB

8

Adiantamentos por conta de vendas
Total Adiantamentos

Descrição	2017	2016
20. Rédito		
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os réditos de entidade detalham-se conforme segue:		
Vendas		
Mercadorias	-	-
Produtos acabados e intermediados	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulgos	-	-
Ativos biológicos	-	-
...	-	-
Total das Vendas	-	-
Prestação de serviços		
Em território nacional	76.069,20	77.132,50
Descontos e abatimentos	-	-
Total das Prestações de Serviços	76.069,20	77.132,50
Total das Vendas e Prestações de Serviços	76.069,20	77.132,50

21. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" detalha-se conforme segue:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	106.000,49	97.342,64
Subsídios de outras entidades	-	-
Total das Vendas	106.000,49	97.342,64

22. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" detalha-se conforme segue:

Descrição	2017	2016
Subcontratos		
Serviços especializados	-	-
Trabalhos especializados	4.578,55	4.685,65
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e segurança	324,00	622,65
Honorários	-	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	-	-
Serviços Bancários	6.590,10	4.829,28
Outros	-	-
Material	-	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	-
Livros e documentação técnica	429,63	1.246,54
Material de escritório	-	-
Artigos para oferta	1.704,12	1.000,95
Outros	29,36	231,77
Energia e fluidos	-	-
Eleticidade	-	-
Combustíveis	5.996,87	6.076,80
Água	5.215,54	5.097,03
Outros	1.440,69	1.190,95
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Deslocações e estadas	-	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	23,84
Outros Serviços	-	-

G. A. F.

R

R

Rendas e aluguéis			
Comunicação			
Seguros	1.088,71		1.088,90
Royalties	1.050,94		1.386,98
Contencioso e notariado			
Despesas de representação			
Limpeza, higiene e conforto			
Outros serviços			
Total dos FSE	645,06	114,50	27.895,64
	28.103,66		27.595,64

23. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Gastos com o pessoal" detalha-se conforme segue:

Descrição	2017	2016
Remunerações órgãos sociais		
Remunerações ao pessoal		
FORMAÇÃO	91.333,62	90.179,18
Indemnização para despedimento	528,00	-
Encargos si remunerações	-	-
Seguro Acidentes de trabalho	20.367,40	19.719,22
Passes Sociais	1.555,88	985,53
Outros	-	-
Total de Gastos com pessoal	20,20	282,27
	113.805,10	111.186,18

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o quadro de colaboradores era composto por:

Descrição	2017	2016
Órgãos Sociais		
Empregados		
Prestadores de serviços		
Total de colaboradores	0	0

24. Outros rendimentos e ganhos / Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outros rendimentos e ganhos / Outros gastos e perdas" detalha-se conforme segue:

Descrição	2017	2016
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos de depósitos	-	-
Juros obtidos outros investimentos financeiros	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis em at. de financiamento	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos		
Correcções relativas a períodos anteriores	1.833,41	2.518,24
Excesso da assiativa para impostos	-	-
Imputação de subsídios para investimentos	1.955,84	1.955,83
Ganhos em outros investimentos financeiros	-	-
Restituição de impostos	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis em al. operacional	-	-
Outros rendimentos e ganhos / Outros não especificados	4.363,10	4.951,98
Total Outros rendimentos e ganhos	8.162,35	9.426,05
Juros e gastos similares		
Juros de acordos	-	-

G. H. A. J.

[Handwritten signature]

11

	2017	2016
Juros de contratos de locação financeiras		
Outros juros		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Outros gastos e perdas		
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos	464,75	
Dívidas incobráveis		41,85
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsid., assoc. e empreend. conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Custos com apoio finan. concedidos a associados ou		
utilitários		
Outros juros especificados		
Correções relativas a períodos anteriores	5.407,52	1.580,39
Dennalivos		
Qualizações		
Ofertas e amostras de inventários	105,00	165,00
Insuficiência da estimativa para impostos		
Perdas em instrumentos financeiros		
Dívidas incobráveis		
Outros não especificados		
Desconto especial concedido "Rappel"	0,52	
Total Outros gastos e perdas	5.978,08	1.727,24

25. Custo dos Empréstimos obtidos

25.1. Juros e gastos similares

Os saldos verificados nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, podem ser analisados como segue:

Descrição	2017	2016
Juros de financiamento obtidos	0,00	0,00
Garant.prest.e out.poss.event	0,00	0,00
Total de Juros e gastos similares	0,00	0,00

25.2. Juros e rendimentos similares

Os saldos verificados nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, podem ser analisados como segue:

Descrição	2017	2016
De financiamentos obtidos	0,00	0,00
De outras aplicações de meios financeiros líquidos	0,00	0,00
Total de Juros e rendimentos similares	0,00	0,00

26. Imposto sobre o rendimento

Os saldos verificados nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, podem ser analisados como segue:

Saldos credores	2017	2016
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto corrente	0,00	0,00
Colecta	0,00	0,00
Tribuições autónomas	0,00	0,00
Derrama municipal	0,00	0,00
Derrama estadual	0,00	0,00
Imposto do período	0,00	0,00

27. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos a data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017. Após o encerramento do período, e até a elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direcção em 29-04-2018, 2017.

O Contabilista Certificado (n.º 44336)

Luisa Paula Felix Duarte

A Administração

Luisa Paula Felix Duarte

TOC N.º 44336
NIF 207.780.161

Carlos Manuel Gilate Fomin
António João Reis Genesko
João António Reis